

**ENTREVISTA COMPLETA DO PROFESSOR EUCLIDES MANCE, CONCEDIDA A REVISTA CAMPONESA DA AACCRN NO MÊS DE MARÇO DE 2013.**

**CAMPONESA: O que são Redes de Cooperação Solidária e de que modo essas experiências se constituem no Brasil? Como se organizam?**

**EUCLIDES MANCE** – No final dos anos oitenta o conceito de economia solidária vai sendo elaborado a partir de diferentes realidades. Práticas de economia solidária sempre existiram na história da humanidade e podemos dizer que a economia solidária é tão antiga quanto a própria humanidade. Mas o conceito e o uso da expressão *economia solidária* para caracterizar essas diferentes práticas econômicas fundadas na solidariedade é algo bem recente. Então, nos anos 80 surgem reflexões sobre práticas já existentes com relação ao comércio justo, finanças solidárias, consumo crítico, movimentos de agricultura orgânica, empresas de autogestão, cooperativas, empreendimentos associativos, práticas com moedas sociais e muitas outras. Na verdade, o termo economia solidária apareceu também neste mesmo período em políticas públicas na Colômbia para o setor cooperativista e associativo e em outros lugares para caracterizar atividades econômicas de enfrentamento ao desemprego. Então, o termo vai se propagando. Agora, essas diferentes práticas, quando ficam isoladas, elas não têm condições de construir alternativas sistêmicas. E, isoladas, elas todas continuam reproduzindo o capitalismo. Quando se organiza um grupo de trocas, por exemplo, usando moeda social, ali não há patrão nem empregado, ninguém explora ninguém. Mas de onde vêm as matérias-primas para produzir? As missanguinhas compradas pra fazer colares, por exemplo, vêm de empresas capitalistas, muitas vezes sediadas em outros países. Então, parte do valor econômico gerado pelo trabalho das pessoas que fazem os colares, vai para outros territórios pela via da compra dos insumos que serão consumidos no processo produtivo. Se os insumos vêm de empresas capitalistas, a economia solidária continua contribuindo para realimentar o capitalismo, mesmo usando moedas sociais para fazer intercâmbios em seu interior na última etapa de circulação

dos produtos. Também no caso de empresas de economia solidária, mesmo sendo totalmente autogestionadas, elas tendem a continuar realimentando o capitalismo se não derem a devida atenção aos fluxos de valores que são realimentados por elas mesmas com suas práticas de consumo, de gastos, de compras. Assim, elas, com seus fluxos econômicos, contribuem para manter processos de produção e de exploração em outros territórios por outras empresas.

**CAMPONESA: Mas como se dá essa relação entre fluxos econômicos de empreendimentos solidários e a realimentação da concentração de riqueza no capitalismo ?**

**EUCLIDES MANCE:** Se o empreendimento solidário, com seus fluxos econômicos, permanece isolado de outros empreendimentos de economia solidária, mas continua conectado a empreendimentos capitalistas, seus valores econômicos vão alimentar a concentração capitalista e não a distribuição dos valores no setor da economia solidária. Assim se o dinheiro das empresas solidárias vai para uma conta em um banco privado, a empresa solidária continuará alimentando a ciranda financeira capitalista. Se eu participo de uma empresa de autogestão, faço um preço justo e vendo no mercado convencional, a empresa capitalista que compra o produto vai fazer uma margem injusta em cima dele para a revenda ao consumidor. E o consumidor não vai mais pagar um preço justo pelo produto - pois para além dos custos de comercialização e da margem que seria considerada justa para a expansão da atividade comercial, irá pagar um valor a mais, embolsado pela empresa. E, assim, a empresa capitalista acumula o lucro obtido com a revenda do produto solidário. Desse modo, conectada a empresas capitalistas, seja comprando insumos, usando serviços financeiros ou vendendo produtos, a economia solidária contribui para a acumulação capitalista. E o consumidor continua pagando preços injustos. Então, o que acontece, se esses empreendimentos solidários, se essas iniciativas, ficam isolados, eles não transformam a realidade, e acabam contribuindo para reprodução do sistema capitalista.

**CAMPONESA:** Então, enquanto os empreendimentos solidários não se conectarem em redes eles tendem a realimentar o capitalismo?

**EUCLIDES MANCE:** Sei que é difícil para muita gente da Economia Solidária entender isso, mas essa é a verdade, pois é preciso entender os fluxos econômicos. É preciso entender os *fluxos de matérias*, de produtos (bens e serviços) e de matérias-primas. É preciso entender os *fluxos de valores econômicos* movimentados e como é que circulam no sistema com um todo. É preciso entender o *fluxo de representações de valores*, tais como moedas e créditos, e como elas são usadas para mediar fluxos de concentração de valor econômico ou podem ser usadas em estratégias sustentáveis de distribuição de valor. Quando fazemos essa análise de fluxos econômicos, fica claro o seguinte: ou reorganizamos esses fluxos econômicos para que eles realimentem o setor da economia solidária, reorganizando as cadeias produtivas de fornecedores e clientes, para que elas realimentem o processo de desenvolvimento orgânico do setor da economia solidária, ou então, não há como a economia solidária se tornar uma alternativa sistêmica ao capitalismo. Como é que fazemos pra reorganizar esses fluxos econômicos, fluxos de produtos, de matérias primas, fluxos de valores econômicos, fluxos de representação de valor? Isso se faz organizando *redes colaborativas solidárias*, conectando Empreendimentos Econômico Solidários e consumidores, realizando ações de finanças solidárias e desenvolvimento tecnológico, criando laços de retroalimentação dentro dessas cadeias de consumo-compra-produção e, com isso, consolidamos os fluxos de produção-comércio-consumo-financiamento-desenvolvimento tecnológico. Então, são processos que chamei, lá no final dos anos 90, de Colaboração Solidária, porque a colaboração solidária não é só atividade econômica, é também cultural, é também política, todas as esferas da vida devem ser repensadas do ponto de vista do bem-viver. Então a economia solidária, como eu entendia nos anos 90 e como continuo a defender hoje, é uma economia de libertação.

**CAMPONESA:** Qual é o horizonte dessa economia solidária organizada em redes colaborativas como economia de libertação?

**EUCLIDES MANCE:** A economia solidária, como economia de libertação, contribui para expandir as liberdades públicas e privadas. E, para expandir as liberdades, ela necessita considerar as condições concretas do seu exercício, que podem ser resumidas em quatro: a dimensão material, o exercício de poder, a educação e informação e a ética. Tudo tem que ser visto em conjunto para realizar o bem-viver. Então essas redes de colaboração solidária são alternativas para conectar conjuntos de atores diversos, para ações de economia solidária, sejam EES, consumidores, movimentos sociais, ONGs, movimentos sindicais, sejam todas as formas de organização que tenham identidades relacionadas com o Bem-viver, voltadas a expandir liberdades públicas e privadas, assegurando as quatro condições fundamentais a que me referi. E todas elas podem estar integradas em redes de economia solidária, porque todas elas são atores econômicos. Toda pessoa e toda organização necessitam consumir, pois sem consumo não há vida. A questão é que, pelo consumo, nos conectamos a outros atores. Por isso, trata-se de romper conexões que nos fazem cúmplices da exploração de outras pessoas e da destruição dos ecossistemas. E por outro lado ativar conexões que nos tornem aliados econômicos de todos os demais atores que lutam pelo bem-viver da humanidade, pela expansão das liberdades públicas e privadas de todos. Então, se existe exploração do trabalho, existe negação do bem-viver. Se existe degradação do planeta, tem-se a negação do bem viver. Se existe discriminação da mulher, discriminação religiosa, sexual, pelo clube de futebol que a pessoa torce, já se está negando o bem-viver das pessoas. A integração dessas diferentes dimensões econômicas, políticas, culturais do processo de libertação é possível com uma estratégia que eu chamo de *revolução das redes*. A Revolução das Redes conecta o econômico, o político e o cultural de forma colaborativa. Então, essas redes colaborativas são isso: uma estratégia de construção de sociedades pós-capitalistas, considerando as dimensões econômica, cultural política, educativa etc. do processo de libertação para a realização do bem-viver. Do ponto de vista da economia solidária, essas redes colaborativas podem se organizar como redes de cooperação econômica, mas se fazem só isso, elas se tornam limitadas, porque a questão não é só cooperar economicamente. O que se pretende é construir uma outra sociedade; então elas tem que cooperar também do ponto de vista da

educação, e das outras dimensões da realização do bem-viver das pessoas. É necessária a autogestão, participar de processos de desenvolvimento territorial, com envolvimento da comunidade... Então, é bem mais que cooperar economicamente. A Economia somente é um dos elementos do exercício da liberdade.

**CAMPONESA:** Então como se estruturam esses processos?

**EUCLIDES MANCE:** Partimos do consumo. Na economia solidária, compreendida como economia de libertação, a gente trabalha pra quê? Produzimos pra quê? Não é para vender o produto no mercado para ganhar dinheiro. O que se busca é produzir e oferecer bens e serviços que atendam às necessidades das pessoas, gerar meios econômicos para assegurar o consumo para o bem-viver de todos e, portanto, o nosso bem-viver também. Então, temos que partir desse mapeamento do consumo, do que é consumido pelas pessoas, famílias, governos, empreendimentos de economia solidária em um território e também do que é consumido por atores externos, cujos fluxos econômicos impactam nesse território. A partir do consumo, fazemos o primeiro mapeamento dos fluxos, tanto materiais como também de valores movimentados nesse consumo, particularmente de sua origem e se são monetários ou não-monetários. Depois, num segundo momento, mapeia-se os processos produtivos, de financiamento, de comercialização que existem no território. Nesta etapa são mapeados os Empreendimentos Econômicos Solidários, o que eles produzem e vendem, o que compram para produzir, o que descartam como resíduos. Por sua vez, na análise dos fluxos de valores é muito importante saber de onde vem os valores que as pessoas utilizam em seu consumo. Muitas vezes são valores não-monetários, que se referem a produção própria, troca, extração da natureza ou coleta de produto reciclável. Há muitas formas de consumo não-monetário, temos que mapear os diferentes fluxos para entender como podemos ativar circuitos que são poderosos na geração de bens e serviços, que muitas vezes não vão ao mercado, que são produzidos e circulam fora do mercado. Não que tenhamos que acabar com as esferas de comprar e vender. A questão é como se garante o bem viver. Trata-se de desenvolver processos justos também na esfera de comprar e vender, mas é preciso mapear e entender os outros modos de fluxo de valor que

existem nas realidades concretas, na vida das pessoas. O IBGE inclusive mapeia o consumo não-monetário e o rendimento não-monetário das famílias - embora, pela metodologia do IBGE os meios econômicos intangíveis, como softwares livres, por exemplo, acabem desconsiderados. Na Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE são considerados os rendimentos não-monetários referentes a alimentação, vestuário, higiene e cuidados pessoais, transporte, educação, recreação, etc. E o resultado é impressionante. Na faixa das famílias com rendimento aproximado de até R\$ 830 reais por mês, cerca de 25% de seus rendimentos são não-monetários. Na realidade rural, esse valor alcança 27%. Por sua vez, as transferências públicas (aposentadorias, pensões, complementação de renda, etc) alcançam a 26% do rendimento dessas famílias. Assim, mais da metade do consumo dessas famílias é sustentado com rendimentos não-monetários e transferências públicas - que nada têm a ver com comprar ou vender nos mercados. Que nada têm a ver com a venda da própria força de trabalho nos mercados. A terceira etapa é conectar consumo e produção; é fazer a conexão entre consumo e atendimento sob demanda. Então, se temos uma demanda de pequena quantidade, vamos produzir pequena quantidade. Você não tem que produzir em escala para acessar mercados pelo mundo afora. Se a demanda é pequena, então é preciso encontrar uma solução de economia solidária para produzir aquele volume e garantir o bem-viver da pessoa que vai consumir o produto, o bem-viver de quem trabalha comercializando e produzindo, criando um circuito econômico local que seja sustentável. Invés de focar nas escalas, a lógica é diversificar para atender as demandas existentes no território com o que seja possível produzir ali com preços justos. Assim, pode-se garantir o bem viver das pessoas com uma estratégia de atendimento sob demanda - definindo o que se pode produzir e comercializar no território ou o que se deve comprar em outros territórios para comercializar ali. Isso é algo que geralmente não se pratica. Geralmente, a estratégia difundida é a de planejar tudo em escala. E esse é um grande equívoco. O capitalismo faz assim, por que ele tem que gerar lucros. A economia solidária não. Ela tem que gerar produtos e serviços. Então, com essas conexões e fluxos internas no setor da economia solidária, se as pessoas geram produtos e serviços em pequenas escalas, mas atendem ao consumo das pessoas e atendem também a quem

produz e comercializa, elas geram rendimentos monetários e não-monetários para essas pessoas que estão trabalhando, produzindo, comercializando e consumindo. Então elas estão criando circuitos solidários de produção, comércio e consumo. A quarta etapa do processo, de fato, é você reorganizar as cadeias produtivas como um todo, fazendo diagnóstico dos fluxos nessas cadeias e reorganizando esses fluxos de modo que se possa expandir a sustentabilidade dessas cadeias. Nesse diagnóstico às vezes se descobre que produzir localmente implica em maior saída de valor do circuito da economia solidária do que comercializar produtos solidários de outras regiões. Então a opção poderá ser o comércio de tais produtos, pelo fato de que serão igualmente gerados postos de trabalho locais no setor do comércio, haverá maiores excedentes para o fundo de desenvolvimento da rede local e menor escape de valor econômico da rede em seu conjunto.

**CAMPONESA: Então, com a organização de redes colaborativas evita-se a evasão dos fluxos de valor e com isso os recursos gastos no consumo fortalecem os circuitos produtivos da rede.**

**EUCLIDES MANCE:** Isso mesmo. Para que os fluxos de valores não escapem do circuito solidário que distribui renda e não sejam acumulados pelo circuito capitalista que concentra a renda que nele circula, todos os produtos finais, serviços e matéria-primas que essas cadeias necessitam deve ser servidos pela própria economia solidária; toda necessidade logística, de comercialização, necessita ser atendida dentro da economia solidária. Atualmente é impossível substituir tudo, pois não temos oferta. Mas trata-se de avançar nesse sentido. Trata-se de corrigir ao máximo possível a fuga desses valores, substituindo provedores não-solidários por provedores de economia solidária, para atender o máximo possível de necessidades dentro da economia solidária. Tanto na ponta dos insumos para produzir quanto na ponta da comercialização final, com os recursos de logística e de comercialização solidária, pois com isso se estará fortalecendo os empreendimentos da economia solidária na área da distribuição, da comercialização, de transporte. Com essa remontagem progressiva das cadeias produtivas, vão sendo fortalecidos e consolidados os circuitos econômicos solidários. Então, basicamente, esse é o modo para operacionalizar. Tem uma coisa super

importante nessas redes, que é a organização de fundos de economia solidária. Toda rede de economia solidária tem que ter um fundo que integra o capital de giro dos empreendimentos e os excedente que eles geram com um sistema interno de créditos resgatáveis a qualquer momento pelos empreendimentos. Esse fundo possibilita movimentos de ajuda-mútua para a sustentação de todos eles, nas necessidades que tenham, inclusive para investimentos coletivos. Todo aporte ao fundo gera crédito, que é resgatável a qualquer momento para a cobertura de necessidades dos empreendimentos. Então, com esses fundos, compartilham-se capacidades de investimento que fortalecem a toda rede. Pois não basta que sejam coletivos os meios de produzir, é necessário que sejam coletivos igualmente os meios de financiar - e que a decisão sobre esses financiamentos seja igualmente autogestionada pelo conjunto da rede, respeitando-se a liberdade de cada empreendimento em manejar de maneira própria os recursos que ele próprio aportou ao Fundo da rede. A gestão desse fundo tem que ser tão cuidadosa quanto a do capital de giro dos empreendimentos.

**CAMPONESA:** A organização de redes colaborativas de economia solidária avançou no Brasil nos últimos anos?

**EUCLIDES MANCE:** Sim, temos várias redes estruturadas: Avançou-se muito na última década. Temos basicamente dois tipos de redes: as rede setoriais, por exemplo, a Rede Abelha que trabalha com o mel, a Justa Trama, com cadeia produtiva do algodão orgânico, a Rede ECOVIDA com produtos orgânicos e sistema participativo de garantia, a Rede Xique Xique, a rede de Bancos Comunitários e várias outras redes que são referências importantes, bastante consolidadas, com toda uma trajetória de aprendizados a partir de suas próprias práticas que têm muito a nos ensinar. Todavia, são redes setoriais. É fundamental que consigamos construir redes que integrem varias cadeias produtivas. Pois os trabalhadores dessas várias redes necessitam comprar produtos e serviços. Mas se esses produtos e serviços não são de economia solidária, o valor econômico continua escapando dessas redes no momento do consumo final. Em outras palavras, remonta-se uma cadeia específica, mas os consumidores e trabalhadores necessitam de outros produtos, que não são servidos por naquela mesma cadeia específica. Então,

de onde vêm os produtos e serviços que consomem? São comprados em redes capitalistas. Então, todo o esforço de remontar uma cadeia ficou incompleto, porque o valor econômico gerado dentro dela continua escapando pela via do consumo final, que vai escapar da economia solidária e vai realimentar as ações capitalistas. Os trabalhadores dos empreendimentos têm o direito de comprar o que quiser e onde quiser. Mas é preciso garantir que eles tenham acesso a produtos e serviços da economia solidária para assegurar o seu próprio bem-viver. Tem gente que não compreende muito bem tudo isso, porquê acha que Rede é uma coisa fechada, e não é. Quando falamos de rede falamos de sistemas complexos e abertos. Quando se discute economia solidária, muita gente aplica aqueles conceitos clássicos de redes sociais, aquela teoria de grafos matemáticos, porquê tem toda uma tradição de produção teórica que aponta para conceitos de redes elaborados nessas vertentes. E, no final, não entendem do que estamos falando. Estamos trabalhando Rede aqui no sentido de sua complexidade, rede de sistemas abertos, redes nas quais emergem singularidades, nas quais estruturas são dissolvidas, são dissipadas, e novas estruturas emergem, permitindo expandir liberdades públicas e privadas. Então fluxos econômicos dentro de uma rede estão necessariamente conectados com o ambiente, sejam fluxos materiais dos ecossistemas, fluxos culturais da sociedade em que a rede está organizada, etc. Cada pessoa e todos os empreendimentos têm diferentes necessidades a satisfazer e se elas não são atendidas dentro dos fluxos da economia solidária, vão ser atendidos por fluxos externos, de fora, pois não há outra solução para o seu atendimento. Agora, na medida em que a gente tem uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, temos condições de projetar a remontagem dessas cadeias produtivas e a conexão delas entre si. E aí o que acontece? Todas as demandas existentes, vamos buscar atendê-las no circuito da economia solidária. Não se trata de atender somente no território em que estamos. Mas sim no circuito da economia solidária, local e global, a começar pelo território onde estamos. Assim, para atender a todas as necessidades, pessoais ou dos empreendimentos e organizações, vamos buscar ofertas no setor da economia solidária, vamos tratar de consumir bens e serviços da economia solidária, a começar pelos produtos do território em que estamos. Mas, como sempre irá ocorrer, muita coisa do que eu preciso

consumir não será produzido em meu território. Então pode ser que o que eu preciso só pode ser produzido em outro continente, por uma questão climática ou por outras razões. Nesse caso, o que acontece: vamos buscar em outro continente, se isso for economicamente viável. Mas o fundamental é que seja um produto de um empreendimento de economia solidária de lá. Se não tem no bairro, vou no vizinho. Agora, se não tem oferta na economia solidária, eu vou comprar no bairro ou no município mesmo, junto a um empreendimento que não é de economia solidária. Mas a prioridade é consumir da economia solidária : se o bairro produz compro no bairro, senão compra de outro lugar, mas buscamos sempre a economia solidária. Assim, quando projetamos a reorganização dos fluxos de bens e serviços, ficamos muito atentos, igualmente, na reorganização dos fluxos de valor, para fortalecer o circuito de economia solidária. Há redes estruturadas assim. Em alguns lugares já têm a experiência de se conectar varias cadeias, o que é bem interessante, pois consolida bastante os empreendimentos em seu conjunto, pois quanto mais diversos forem os atores que compõem a rede em suas ofertas e necessidades, quanto mais pessoas, empreendimentos e organizações estiverem envolvidas na promoção do bem-viver, quanto mais solidariamente remontadas forem as cadeias por estes atores, mais consolidada estará a sua rede colaborativa.

**CAMPONESA: Diante da perspectiva de que ações em Rede de Cooperação Solidária são estratégias para avançar em uma nova formação social, em sua opinião quais os principais desafios da organização e articulação dessas experiências?**

**EUCLIDES MANCE:** Temos que entender que a superação do capitalismo, a superação das suas estruturas, precisa compor ao mesmo tempo as dimensões cultural, política e econômica. Se faltar uma dessas dimensões, não vai funcionar. Se as pessoas de um bairro ficam fazendo curso de formação política para economia solidária, passam a semana debatendo sobre o capitalismo, sobre socialismo, mas depois que vão embora do curso não buscam fazer uma conexão econômica solidária sequer, de comprar um produto junto, de vender um produto junto, de comprar, vender ou trocar entre si, de fazer alguma ação de finança solidária em conjunto, de canalizar seu

consumo pessoal para bens e serviços da economia solidária - enfim, de realizar qualquer atividade prática que envolva a realização de fluxos econômicos solidários em conjunto ou relacionados a outros atores da economia solidária, esse curso fracassou nesse aspecto. Se elas não saem dali com alguma perspectiva de organização econômica real, essa atividade pedagógica, do ponto de vista da economia solidária, foi deficitária, pois não está afrontando a questão chave que é reorganizar os fluxos econômicos, isto é, fluxos de meios econômicos, valores econômicos e de representações de valor econômico. Agora se ficar fazendo só encontro para reorganizar processos de compra venda, fechar negócios e não se avança na discussão política da transformação da sociedade, numa crítica do capitalismo e na crítica de nossa própria prática de libertação, onde erramos, o que estamos fazendo errado, refletindo sobre nossos erros e acertos, sem pensar sobre a própria prática, isso também é um problema. Então é preciso avançar nas três coisas juntas. O principal desafio hoje não é mais desenhar o quadro geral de uma estratégia ou desenvolver ferramentas de tecnologias da informação pra fazer diagnóstico de fluxos, remontar cadeia produtiva, realizar intercâmbio econômico não-monetário. Pois, tudo isto está dado. O problema é que ainda há uma falta de compreensão da própria dimensão econômica da economia solidária. Há uma ênfase de que a economia solidária é um movimento social. Ela é um movimento social? É! Em que sentido? No sentido que os atores da economia solidária podem se mobilizar socialmente. Pra fazer que coisas? O movimento social em geral se organiza em três direções. Uma é confrontar-se com o Estado, combatendo ações estatais autoritárias, reivindicando o atendimento de suas pautas, propondo políticas ou mesmo estabelecendo uma interlocução institucional quando há abertura ao diálogo democrático. A outra direção aponta para a sociedade mesma, visando combater e superar estruturas culturais de dominação e práticas autoritárias, combatendo preconceitos de todo o tipo e difundindo novos valores e novas visões de mundo. Uma terceira, dos atores despossuídos dos meios de produção, se volta contra as forças econômicas de exploração, dominação e opressão do capital, com a luta contra latifundiários, especuladores imobiliários, contra a exploração dos trabalhadores empregados nas empresas capitalistas, etc. Agora, o que identifica a Economia Solidária não é ser um movimento social. O

que identifica a economia solidária, frente a todos os demais atores conhecidos como movimentos sociais, é o fato de que ela produz meios econômicos. A economia solidária produz meios econômicos, produz bens e serviços; ela produz valor econômico e, em várias de suas formas, também cria autogestionadamente representações de valor econômico. Nenhum movimento social produz bens e serviços ou representações de valor econômico. Produzir bens e serviço, gerar créditos com representações de valor, é uma atividade econômica. A economia solidária pode se caracterizar como um movimento social que reivindica políticas públicas, reivindica recursos do Estado, pode! Mas se for desconsiderada a dimensão verdadeiramente econômica da economia solidária, se não forem reorganizadas as cadeias produtivas, se não forem feitos investimentos solidários em conjunto, não forem compartilhadas as tecnologias desenvolvidas, se os atores da economia solidária não organizarem processos logísticos, se não fizerem finanças solidárias de maneira colaborativa e solidária, a economia solidária não vai superar o capitalismo. Pode-se reivindicar quantos recursos dos governos se queira, pode-se implantar quanta legislação se queira para o setor da economia solidaria. Mas se ela não remontar os fluxos econômicos de maneira colaborativa e solidária, ela vai continuar a reproduzir o capitalismo. E continuará a reproduzi-lo mesmo com as políticas de um governo democrático popular ou de um governo que defenda o socialismo do século XXI. Pode-se difundir toda a ideologia que se queira sobre economia solidária. Mas sem remontar as cadeias de consumo, comercialização e produção, sem reorganizar os fluxos de valor da economia solidária para que alimentem os fundos de investimento da economia solidária ao invés de alimentar a ciranda financeira global, a economia solidária vai continuar a reproduzir o sistema capitalista. Então, são fundamentais essas três dimensões no processo organizativo. A economia solidária é, antes de tudo, atividade econômica. É produzindo meios e valores econômicos que a economia solidária é capaz de atender às suas próprias necessidades de expansão. Por isso um importante desafio é difundir a prática do consumo solidário - a prática de consumir produtos e serviços da economia solidária. E, antes disso, é as pessoas entenderem o poder econômico do seu próprio consumo. Conforme o mapeamento de 2007, que alcançou pouco mais da metade dos municípios do

Brasil, temos 22 mil iniciativas de economia solidária mapeadas no país. São um milhão e setecentos mil trabalhadores e trabalhadoras. Mas o que representa um milhão e setecentas mil famílias de consumidores? Arredondemos esse número para 2 milhões para facilitar as contas. Se cada família consome cinco quilos de feijão, seriam 10 milhões de kg de feijão por mês. Isto representa 10 mil toneladas de feijão que poderiam ser comercializados na economia solidária. Pra quem? Para os mercados do mundo? Não, para as famílias da economia solidária. Agora, porque não vendemos 10 mil toneladas de feijão por mês para economia solidária? E vendemos a maior parte do feijão produzido para os atravessadores? Porque a economia solidária não se enxerga como consumidora. As pessoas se enxergam como produtoras. O consumo é tão importante quanto a produção para economia solidária, tão importante quanto o financiamento também. Organizar fundos solidários é igualmente importante. O faturamento da economia solidária é de R\$ 8 bilhões de reais ao ano, conforme projeções a partir do mapeamento do SIES. Se pegássemos 1% disso, seriam R\$ 80 milhões de reais por ano, para fazer que coisa? Investimento na economia solidária! Se destinássemos de cada real que se vendesse na economia solidária apenas R\$ 0,01 para um Fundo de economia solidária, teríamos 80 milhões anuais para implementar com autonomia a própria estratégia de desenvolvimento autogestionado do setor. Mas porque não fazemos? Porque as pessoas não entendem que elas têm recursos, não compreendem que economia solidária produz riquezas, que a economia solidária produz as condições de sua própria expansão. Elas acham que a economia solidária tem que depender de terceiros. Que venham projetos de algum lugar pra trazer dinheiro. Porque elas acham que elas não têm dinheiro. Não entendem que o dinheiro que elas gastam em seu próprio consumo mensal pode financiar os próprios empreendimentos que elas querem montar. Não entendem que elas vão gastar o seu dinheiro para compras as mesmas coisas que compravam antes. Que vão gastar o mesmo valor, nem mais nem menos. E que, no final, vai sobrar dinheiro em um Fundo para montar as empresas de economia solidária de que necessitamos. Elas pensam como se fossem um movimento social, que tem que pedir dinheiro para outros. Não percebem que a economia solidária consome riqueza, produz riqueza, produz valor econômico e pode

também produzir representação de valor econômico, pode gerar créditos lastreados em sua própria capacidade de produzir riquezas. Não entendem que a economia solidária pode produzir valor econômico, investir e gerenciar de modo solidário esse valor. Não entendem que se os 2 milhões de trabalhadores da economia solidária decidissem comprar 5 kg de feijão por mês da própria economia solidária, a dois reais o quilo, os empreendimentos de economia solidária que atendessem a essa demanda teriam, somados, um faturamento anual de R\$ 240 milhões de reais com essas vendas e que, se 1% desse valor fosse destinado a um Fundo Nacional de Economia Solidária, ele arrecadaria R\$ 24 milhões anuais - sem depender de terceiros. Falei do feijão, como um exemplo. A questão é entender o potencial de consumo de milhões e milhões de famílias que, de alguma maneira, estão integradas na economia solidária, no movimento sindical, no movimento popular, em comunidades eclesiais, no campo que luta pela transformação da sociedade - mas que, com seu consumo, continuam reproduzindo a mesma concentração de riqueza que elas combatem com seus discursos. Fato é que a economia solidária pode financiar-se a si mesma a partir de seu próprio consumo. Então, esse é outro desafio a ser enfrentado, para não se cometer o mesmo erro já cometido na Europa, em que os empreendimentos de economia social ficaram dependendo dos governos. Quando o governo muda as linhas de financiamento, tem empreendimento que prestava um certo tipo de serviço, que deixa de realizar aquilo e vai fazer outra coisa, para poder receber o subsídio. Mas isso não devia acontecer, pois a economia solidária, que quer de fato ser autogestionária, tem que gerar seus próprios meios, tem que ser autônoma, independente. Não é que a economia solidária não deva atender às compras públicas. É muito importante atender as demandas de compras por parte do Estado. Agora, a economia solidária não pode depender dessas compras ou de recursos de projetos para se consolidar ou expandir. Ela tem que ter capacidade de sustentar-se a si mesma, independentemente de subvenções governamentais ou de compras de governo.

**CAMPONESA: O que é o Bem Viver? E como se consolida na construção das práticas da Economia Solidária no Brasil?**

**EUCLIDES MANCE:** O bem-viver, como conceito filosófico, surgiu dentro da filosofia da libertação. Quando se trata da libertação e não apenas da liberdade, afirma-se que é necessário assegurar a todas as pessoas as condições econômicas, ecológicas, políticas, educativas, informativas e éticas para realizar as suas liberdades, tanto públicas quanto privadas. Mas podemos nos perguntar, para que realizar as liberdades, para que expandir cada vez mais as liberdades, para que ser cada vez mais livres? A resposta filosófica encontrada foi: para realizar o bem-viver de si mesmo e de todos. Ao analisar as condições para realizar as liberdades, podemos agrupá-las em quatro eixos. O primeiro são as condições materiais que são tanto ecológicas quanto econômicas. Sem o oxigênio que as plantas produzem não existe a nossa liberdade e estaríamos mortos. Sem a água que chove, não existe comida e estaríamos mortos. Então, é preciso preservar os ecossistemas, para preservarmos nossa própria liberdade. Do ponto de vista econômico é a mesma coisa. É necessário produzir os outros meios materiais que são requeridos para atender às necessidades que temos e que não são servidos naturalmente pelos ecossistemas. Sem os meios materiais, não existe como exercer nossa liberdade. Quem não tem comida, não tem liberdade pra comer; quem não tem livro não tem como exercer a liberdade de ler aquele livro; se não temos os meios materiais, tais como a casa, a escola, as roupas, como é que vamos exercer a liberdade de morar de vestir e de estudar? Então as condições materiais são necessárias para a realização das liberdades. Uma segunda condição é a condição política, tanto do exercício do poder em nossa vida privada, do dia a dia, quanto do seu exercício na esfera da vida pública, da sociedade. No primeiro caso, temos a micro-política do cotidiano, em que cada qual possa escolher sua religião, ou modo de vestir, ou modo de ser, modo de viver. Isso tem que ser respeitado. Não podem ser discriminados nenhuma mulher, nenhum negro, nenhum índio ou qualquer pessoa em particular, por qualquer coisa que seja relacionada a características físicas ou raciais ou ao exercício ético da sua autonomia privada. No segundo caso, tem-se a esfera pública, de participar na decisão do que se refere à auto-regulação pública da sociedade, o direito de decidir sobre a política pública, não só de eleger representantes e governantes, como presidentes e deputados; mas o direito de decidir sobre o orçamento da cidade, do estado e do país; debater e decidir

sobre o planejamento da cidade, ter a possibilidade de participar nos conselhos, dos referenduns e plebiscitos e de todos os demais mecanismos de participação popular, que devem ser assegurados, para exercer-se o direito de decidir sobre a política pública. A terceira condição é da informação e educação, pois, se eu tenho as condições materiais e as condições políticas de decidir, mas não tenho as informações relevantes e suficientes; se só me deram acesso a uma parte da informação e não me deram a outra parte dela, eu acabo por decidir em favor de algo, mas talvez decidisse por outra coisa se tivesse a informação relevante e suficiente para formar o meu juízo. Então, eu tenho que ter o direito de acesso à informação, mas também a capacidade de interpretar a informação, porque a informação pode estar disponível lá nos jornais e eu a vejo, porém não sei interpretar o que está ali. Porque não tenho a educação que me dá a condição de interpretar a informação. Mas qual educação? A de uma cultura só? Quantos modos diferentes há de se interpretar o mundo e o bem-viver? Então é fundamental que tenhamos acesso a amplos conjuntos de informações, que possam ser pesquisadas em sua relevância para os nossos diferentes propósitos, que tenhamos a abertura à interculturalidade, como condição de termos uma educação adequada interpretar de diferentes formas a informação pesquisada, a fim de que possamos exercer de maneira autônoma e crítica a nossa liberdade. E, por fim, a quarta condição também fundamental, é a condição ética. A liberdade somente é eticamente exercida quando promove a liberdade dos outros. Se a minha liberdade promove a liberdade dos outros, faço o que posso para que cada um tenha os meios materiais para exercer sua liberdade, terra para plantar, terra para morar, escola, roupa, comida, cinema, teatro, acesso a internet; tenha os meios materiais para exercer sua liberdade. Mas igualmente que a pessoas possam escolher sua religião, sua orientação sexual, seu time de futebol, sua igreja, ou seja, assegure-se o direito à vida privada de cada um. Mas igualmente que todos tenham também a oportunidade de participar da política pública, de participar de um conselho, de eleger seu presidente, de decidir sobre orçamento da cidade e etc. Que as pessoas tenha acesso a todas as informações necessárias para que possam tomar as decisões que precisam, que tenham acesso a toda diversidade de culturas que desejem conhecer. E que exerçam a sua liberdade de maneira ética. Porque se elas exercem a

liberdade delas, negando a quarta condição que é promover a liberdade eticamente exercida dos outros, esse exercício da liberdade se torna opressivo, mesmo que se exerça em nome da libertação. Se a minha religião disser que posso sair matando os outros por não serem da minha religião, a liberdade de exercer essa religião não pode ser aceita, porque ela viola a quarta condição da liberdade, a cláusula ética, que é promover a liberdade do outro também. Ai está a questão da libertação, didaticamente resumida em quatro condições. Trata-se de proteger e promover as liberdades que sejam eticamente exercidas, para que todas as liberdades se retroalimentem, para que se expandam as liberdades públicas e privadas de todos, para realizar o bem-viver. Então o bem-viver, em alguma medida, está sempre realizado. Mas em alguma medida está sempre negado. Por que? Porque a liberdade uma pessoa, por mais que esteja aniquilada, ainda pode ser exercida por essa pessoa, como forma de resistência e de luta contra essa aniquilação. E por outro lado, por mais que a liberdade esteja amplamente realizada e assegurada, ainda assim podemos expandir o exercício das liberdades para que sejam mais plenas e amplas ainda. Então, o bem-viver é uma categoria filosófica muito importante para criticar toda forma de dominação e toda forma de libertação. Podemos, em uma análise do bem-viver, avaliar que, em uma família, está sendo negado o bem-viver dos filhos, está sendo negado o bem viver da mulher ou do homem que moram nessa casa, porque lhes são negadas as condições anteriormente mencionadas. Mas também podemos criticar, com a categoria do bem-viver, processos políticos que começam com a perspectiva libertadora e que, depois, se convertem em processos de dominação, processos de exclusão, processos de consolidação de poderes que não permitem que as informações circulem, que negam outras visões de mundo, em processos que afirmam ter validade somente uma única compreensão da realidade, processos que começam a se tornar autoritários, e já não são mais libertadores. Seguem com discursos de libertação, mas, na prática, estão negando o bem-viver dos outros. Então a categoria do bem-viver é fundamental na economia solidária, pois nos permite ver que o bem-estar social não é bem-viver, que Felicidade Interna Bruta não é bem-viver, porque ambas mantêm a subalternidade do trabalho explorado que sustenta a economia capitalista, cujos fluxos de valores vão gerar a arrecadação de

impostos para o Estado realizar suas políticas, incluindo-se aí as de bem-estar social. É importante destacar que o bem-viver também não se confunde com o Índice de Desenvolvimento Humano, porque o aumento de renda per capita - que juntamente com outros indicadores mediria o desenvolvimento humano por esse índice - pode ser feito com processos de desenvolvimento que não são ecologicamente sustentáveis, que não são socialmente justos. Assim, aumentar a renda per capita de um país não significa aumentar o bem-viver das pessoas. É possível elevar o IDH e ao mesmo tempo negar o bem-viver das pessoas. Então, a categoria do bem-viver é chave para que tenhamos uma análise crítica de como a economia solidária está ou não avançando como economia de libertação.

**CAMPONESA: A articulação e organização entre experiências de produção, comercialização e consumo solidário desencadeiam um processo educativo, com resgate cultural, e foco nas dimensões sociais, políticas e econômicas. Em que impacta na organização da sociedade?**

**EUCLIDES MANCE:** A economia solidária, em sentido geral, tem um projeto de sociedade. Mas dependendo do modo como se compreende a economia solidária, os traços desse projeto variam. Muita gente está na economia solidária pensando em como ampliar a sua renda. E esse comportamento é legítimo, pois se a pessoa se encontra na exclusão, na pobreza, tem que se preocupar em como melhorar o consumo dos filhos, de toda a família e de si mesmo, ter uma casa, serviços de saúde e educação. Mas, além de atender às demandas imediatas, a economia solidária deve reelaborar e explicitar cotidianamente visões de mundo dialogicamente formuladas, conectadas a um projeto de mudança estrutural de sociedade. Ela deve explicitar o seu projeto diferenciado de caráter pós-capitalista. O Bem-Viver é isso, é pensar o conjunto das dimensões em sua mútua interrelação. Então, quando praticamos a economia solidária com essa visão, de que economia solidária é uma economia de libertação, que a economia solidária tem que promover o bem-viver de todos - e que, para promover o bem-viver de todos, temos que colaborar uns com os outros -, não dá mais para economia solidária pretender manter a competição

entre empreendimentos solidários, ou tratar cada empreendimento isoladamente para que seja bem-sucedido na disputa de mercado. Porque se não houver colaboração solidária entre empreendimentos solidários, não existe redes de economia solidária. Então não haverá transformação da sociedade. E o capitalismo continuará triunfando sobre a economia solidária. Então é fundamental entender isso: o capitalismo concentra valor e a economia solidária distribui valor. Quando os fluxos de valor da economia solidária se conectam com os fluxos de valor do capitalismo, o que ocorre? O valor econômico produzido e distribuído no circuito da economia solidária acaba sendo concentrado e acumulado no setor capitalista. Isso fica evidente quando fazemos uma análise dos fluxos econômicos de rede, considerando os provedores capitalistas e solidários e os clientes capitalistas e solidários. Nos segmentos solidários da cadeia produtiva os valores se distribuem e fluem pelo conjunto dos atores, mas ao final terminam acumulados e concentrados nos setores capitalistas integrados nessas cadeias. Pois quando tais fluxos passam por eles ocorre aí um processo de maximização da acumulação de valor, ao invés de haver um processo de otimização da distribuição desse valor como ocorre na economia solidária. **Por isso, é igualmente necessário ir reorganizando as cadeias produtivas, substituindo provedores não-solidários e não-ecológicos por provedores solidários e ecológicos, não apenas pelo motivo dos fluxos econômicos, mas igualmente em razão dos fluxos de poder.** A Economia Solidária defende que toda a economia tem de ser democrática, tem que ser ética. A democracia tem de permear toda a sociedade, inclusive a esfera econômica. Na economia tem de ser democrático o poder de decidir. No local onde as pessoas trabalham elas tem que ter o poder de decidir juntamente com os demais trabalhadores. As pessoas tem o direito de participar nas decisões sobre as coisas que consomem, sobre o preço dos produtos que compram. Se o dono do supermercado capitalista jamais irá negociar com os consumidores um preço justo, então cabe aos consumidores se organizarem em uma cooperativa de compras ou grupo de aquisição solidária para que um preço justo possa ser praticado. Temos que levar a sério a democracia. As pessoas não podem ser oprimidas, padecendo sob formas econômicas injustas e autoritárias, para satisfazer as necessidades de seu bem-viver. Não devemos defender a democracia apenas para votar em

um presidente. Temos que defender a democracia na esfera econômica. O dinheiro nosso que está no banco, quem decide para onde ele vai? Mesmo estando nos bancos públicos, decidimos nós alguma coisa, no sentido de definir em que o nosso dinheiro será aplicado? Não decidimos, pois os bancos não consultam a gente. Quem decide as diretrizes gerais são os acionistas destes bancos e não correntistas que tem o seu dinheiro aplicado no banco. A economia solidária, quando fala em outro projeto de sociedade, visa empoderar as pessoas, no sentido de que todo mundo deve ser respeitado em sua dignidade como pessoa, que o bem-viver de cada uma delas tem que ser desejado e promovido, considerando-se as quatro condições da liberdade já citadas anteriormente, especialmente a condição ética. Não há bem-viver se estou querendo realizar minha felicidade pessoal e nego a liberdade do outro, onde pouco me importo com os outros. Pois, então, já não existe colaboração solidária, já não existe bem-viver. Então, é fundamental esse projeto de sociedade solidária para a realização do bem-viver de todos, que a economia solidária contribua para isso. Trabalhadores e consumidores são pessoas. Por isso, são considerados não como capital humano para a valorização dos lucros, mas como pessoas que têm direito à realização do seu bem-viver, que envolve todas as dimensões da sua vida, no trabalho, no consumo, no lazer, no teatro, na dança, na vida afetiva, no relacionamento entre pessoas, marido e mulher, pais e filhos, amigos e vizinhos, condutores no trânsito da cidade, sobre como cada qual pode colaborar para o bem-viver do outro. Esse é o projeto que a economia solidária defende, prover os meios econômicos necessários ao bem-viver de toda a humanidade, de maneira ecologicamente sustentável. Trata-se de propagar relações de solidariedade entre todas as pessoas, em todas as dimensões da vida.

**CAMPONESA: Diante de processos participativos de avaliação das políticas públicas em economia solidária no Brasil vem sendo percebido que a estratégia de articulação entre EES em Redes pode ser uma alternativa viável ao fortalecimento social e econômico dessas experiências. Com isso como você percebe a criação de Redes a partir do**

## **fomento das políticas públicas em economia solidária (a exemplos das chamadas 2012 da SENAES/MTE)?**

**EUCLIDES MANCE:** Acho muito bom. Mas é preciso entender que há muitos e diferentes tipos de redes. Um ecossistema, por exemplo, é uma rede, porque tem diversos elementos que se conectam em sua diversidade e que são reciclados em fluxos materiais de maneira autossustentável. Do ponto de vista da sociedade, todos nós participamos de muitas redes, redes familiares, redes de amigos, redes econômicas, entre tantas outras. Por exemplo, quando compramos em um supermercado capitalista, estamos integrados há uma grande rede econômica capitalista por meio dele; os nossos fluxos de matérias (produtos comprados) e de valores (dinheiro que lá deixamos) estão conectados na retroalimentação dessa grande rede de redes. Existem redes que são coercitivas, como redes de narcotráfico, redes de contrabando, redes terroristas. Existem redes colaborativas entre empresas capitalistas, como as que se organizam para lançar um carro novo: são centenas de empresas que colaboram entre elas, onde o projeto é feito em um país, as plantas que vão produzir aquelas peças estão instaladas em outros, integrando empresas que produzem a parte eletrônica, outras que produzem os componentes mecânicos, outras que produzem a lataria, outras que fazem os vidros, outras que fazem os componentes de borracha e essas empresas todas colaboram entre si, com contratos que possuem prazos previamente acordados para que as montadoras possam operar com eficiência na produção dos veículos. Tratam-se de redes colaborativas capitalistas. Então, é importante entender que não basta fazer editais para organizar redes. Não basta que empreendimentos se organizem como redes. A questão é: que tipo de rede vai ser organizada? São redes colaborativas solidárias? São redes efetivamente de economia solidária? Ou são redes que pretendem conectar empreendimentos econômicos que tem um perfil solidário em formas de redes, que são redes de cooperação ao estilo das redes capitalistas?

Há mais de dez anos atrás, num processo de capacitação sobre cooperativismo e autogestão no Rio Grande do Sul, realizou-se uma reflexão sobre redes de economia solidária. Eu fiquei decepcionado com o que vi, quando se apresentava como referência para a organização de redes de

economia solidária o modelo capitalista de uma rede local de farmácias. Então, corremos o risco de ter gente falando de rede colaborativa em espaços de economia solidária tendo na cabeça a ideia de redes colaborativas capitalistas, querendo produzir estratégias de colaboração entre empreendimentos do mesmo modo como fazem as empresas capitalistas para disputar mercados. E essas pessoas fazem isso porque não compreenderam ainda qual a lógica das redes colaborativas de economia solidária, que são redes integradas com o objetivo de diversificar a oferta de meios econômicos para o atendimento das necessidades diagnosticadas, reorganizar os fluxos de valor no interior do próprio setor da economia solidária, para promover a sua expansão auto-sustentada a partir das necessidades de consumo das famílias, governos e empreendimentos a serem atendidas com fluxos do próprio setor solidário e para organizar sistemas de crédito solidários, sob o paradigma da abundância, e não para unir-se em busca de disputar mercados não se sabe onde - se no bairro ou no outro lado do mundo - sob o mesmo paradigma da escassez, em que a entrega do produto somente é feita mediante o recebimento de dinheiro ou de créditos lastreado em propriedades. Corre-se o risco de defenderem a remontagem de cadeias produtivas para ampliar a capacidade dessas cooperativas em gerarem resultado para si mesmas e para fazerem maiores investimentos, para a redução de custos de aquisição, comercialização, logística, etc., mas sem jamais pensar em como é que as comunidades locais participam da gestão dessas redes, como é que a população do território que ainda está excluída, sem trabalho nem emprego ou que vive na miséria, como é que essas pessoas vão poder participar dessa rede colaborativa que será organizada naquele território em que elas vivem, como irão se beneficiar dos fluxos econômicos ativados ou como participarão das tomadas de decisão sobre os investimentos que vão ser feitos no seu próprio bairro. Corre-se o risco de organizarem redes que não são democráticas em relação aos próprios atores do território. Afinal, democracia participativa para quem? E para que? Ela deve ser defendida apenas para a sociedade civil participar na definição do orçamento dos governos? Quais mecanismos de democracia participativa serão adotados para que a população daquela comunidade venha igualmente a participar da definição da aplicação do resultado econômico que tal rede de economia solidária irá gerar ali? Que

tipo de processos participativos serão adotados para decidir que cadeias produtivas serão privilegiadas com os investimentos que serão feitos? Será a cadeia produtiva daqueles produtores que já estão bem estruturados? Quem tem mais poder de decisão nos fóruns? Será ouvida de fato aquela população que nem organização tem para participar dentro do fórum e que continua excluída? A rede vai ser organizada do mesmo modo que se organizam as redes capitalistas em todo o mundo, dividindo tarefas e processos, agilizando os fluxos econômicos e acumulando valor econômico, enquanto a população do território fica excluída das decisões? De que tipo de rede estamos falando? Isso, para mim, é chave nessa história. Nem toda rede de economia solidária é uma rede que tem uma estratégia de transformar o capitalismo, de superar o capitalismo. Porque tem muita gente que entende a economia solidária a partir da forma de organizar um empreendimento. “Se nós estamos aqui no empreendimento autogestionado e supra-familiar, cooperamos e somos solidários entre nós, então somos economia solidária”. Mas o que ocorre com os fluxos econômicos e os valores gerados nesse empreendimento? São acumulados tal qual ocorre no sistema capitalista? Seguindo a mesma lógica, pode-se realizar uma inter-cooperação que igualmente não leva em conta os excluídos do território. “Há, entendemos. Se um empreendimento isolado não é rede de economia solidária, então procuramos mais três ou quatro, nos articulamos, e agora sim somos uma rede de economia solidária”. Continuam entendendo a autogestão pra dentro do empreendimento ou da rede e, seguramente, terão agora melhores condições de crescer se entre-apoiando. Mas e o resto do mundo que permanece abaixo da linha da pobreza? Nossas redes de economia solidária não tem responsabilidades para com os excluídos e empobrecidos? Nossas redes solidárias não têm responsabilidades para com as comunidades indígenas? Com os ribeirinhos do Amazônia? Como é que criamos, de fato, processos de compartilhar o valor econômico da economia solidária para desenvolver as redes da economia solidária? Essa é que a história. Que tipo de Fundo de Economia Solidária essas redes vão criar? E como vai ser feita a gestão democrática e participativa com as comunidades e consumidores para decidir para onde esse dinheiro vai, para fazê-lo de maneira democrática, como os documentos das conferências dizem que os governos democráticos devem fazer? A governança dessa rede será democrática, com

participação da comunidade? Como essas redes vão exercer a democracia econômica em relação aos territórios em que vão ser organizadas? Então isso é chave nessa história. Eu vejo com grande alegria que estão avançando as discussões sobre redes colaborativas no setor da economia solidária. Mas tenho essa preocupação, de que não seja apenas para criar redes ao estilo de redes capitalistas, porque se for para criar redes ao estilo capitalistas, colaborativas no modo capitalista de ser colaborativo, então nós estamos perdendo uma oportunidade histórica que é de fato fazer avançar uma verdadeira revolução econômica. Por que as redes solidárias são isso, uma revolução econômica, para expandir o bem-viver de todo mundo, não só de quem está dentro do empreendimento, que já tem assegurada a possibilidade de satisfação de suas demandas. Temos que desenvolver uma estratégia que inclua: expandir as redes por territórios mais amplos, alcançando suas diferentes populações, com atenção especial aos mais empobrecidos; diversificar o conjunto da produção para o atendimento dos diferentes segmentos de consumo; produzir os bens e serviços que ainda não sejam oferecidos na economia solidária; gerar soluções de comercialização e de logística para alcançar maiores regiões; criar e consolidar novos empreendimentos com os próprios recursos da economia solidária, levando em conta a importância da auto-organização econômica das populações em suas entidades de economia solidária, do modo como elas queiram se organizar, porém respeitando os princípios e valores éticos da economia solidária. E assim, envolver cada vez mais gente nas redes solidárias, particularmente a população que está subempregada, desempregada, empobrecida e excluída, para que possam participar desses processos. Isto é, se de fato forem construídas redes de economia solidária, compreendendo-se a economia solidária como economia de libertação, será um avanço importantíssimo. Mas se for apenas para ter o nome de Rede, para gastar recursos de um convênio até o fim, e depois dizer “Bom gente, acabou o dinheiro. E agora o que vamos fazer?”. Não sou contra disputar recursos públicos para financiar a economia solidária. Mas quem gera o valor econômico que é arrecadado pelo Estado? Os atores econômicos, em sua maioria trabalhadores assalariados explorados em empresas capitalistas. Bem, então, é preciso que o Estado arrecade impostos, oriundos do trabalho explorado, para que possa haver condições de se

financiar e expandir a economia solidária com recursos públicos? Ir por essa linha é abdicar do princípio de autogestão e de auto-sustentação da economia solidária. É cometer, pela segunda vez, o mesmo erro histórico já cometido por um grande número de empresas sociais na Europa, que dependem de subvenção de governos para se manter, ao invés de organizar redes colaborativas solidárias. Será que a economia solidária não é capaz de gerar valores econômicos para investir na própria economia solidária? Seria preciso que as empresas capitalistas pagassem bastante imposto, transferindo ao Estado valores econômicos gerados com a exploração do trabalho, para se que tenha bastante arrecadação para que os Governos possam financiar atividades da economia solidária? Seria a economia solidária um movimento social que reivindica recursos públicos para sobreviver, como se fosse um conjunto de entidades que vive a custas de projetos financiados por terceiros? Ora, se a economia solidária compõe empreendimentos econômicos, sua atividade econômica gera riqueza. A organização solidária de seu consumo gera riqueza. A organização de suas atividades de compras gera riquezas. A organização de suas atividades de comercialização, produção e serviços, gera riquezas. Ou compreendemos que a economia solidária, como economia de libertação, organiza estratégias econômicas colaborativas que asseguram a sua própria autossustentação pelo compartilhamento das riquezas que ela gera incluindo as populações empobrecidas dos territórios em fluxos de consumo, comércio, produção e serviços, ou então continuará sendo reproduzido o discurso que fala de economia solidária, mas a pensa com as chaves da lógica capitalista. Nesse caso, seria preocupante a organização dessas redes, pois tais práticas levariam a reeditar processos de concentração de riqueza que vimos acontecer no passado no setor cooperativista, reproduzindo estruturalmente os mesmos mecanismos da sociedade capitalista, organizando redes de cooperativas do mesmo modo que o capitalismo recente veio se especializando em organizar estratégias colaborativas entre empresas de um mesmo setor ou de diferentes setores. E as populações empobrecidas ficariam à margem dos processos de decisão e de apropriação de resultados obtidos com o concurso de recursos públicos. A promoção do bem-viver de todos e a auto-sustentabilidade da economia solidária devem estar no centro de qualquer rede colaborativa de economia solidária, indicando a capacidade que ela tem de se sustentar,

integrar progressivamente as populações - particularmente as mais empobrecidas - e de se auto-expandir em proveito do bem-viver de todos. Isso implica em considerar tudo o que conversamos anteriormente sobre fluxos econômicos, Fundos Solidários e a economia solidária como economia de libertação. Se for com essa perspectiva, avalio que a organização de redes solidárias com o apoio de recursos públicos poderia significar um grande avanço para o fortalecimento da economia solidária no Brasil e, igualmente, para o desenvolvimento sustentável de nosso país.

Por: Lidiane Freire